



Os atores do desenvolvimento rural

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS
E PRÁTICAS SOCIAIS**

**Sergio Schneider
Marcio Gazolla**
Organizadores


UFRGS
EDITORA


PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO RURAL - UFRGS

Os atores do desenvolvimento rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica
Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lígia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Os atores do desenvolvimento rural

Sergio Schneider
Marcio Gazolla
Organizadores

© dos autores
1ª edição: 2011

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Ilustração da capa: arte popular, México
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

A881 Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais / organizadores Sergio Schneider [e] Marcio Gazolla. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

328 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Agricultores – Construção – Autonomia – Diversidade. 4. Agricultura familiar – Novos mercados. 5. Agroindústria rural – Redes de desenvolvimento. 6. Agricultura – Criatividade – Conhecimento. 7. Agricultura familiar – Diversificação agrícola. 8. Turismo rural – Campos de Cima da Serra, RS. 9. Agricultura ecológica – Certificação participativa. 10. Agricultura – Desenvolvimento – Conservação ambiental. I. Schneider, Sergio. II. Gazolla, Marcio. III. Série.

CDU 338.43.01(81)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0136-4

Os atores entram em cena

Sergio Schneider

Marcio Gazolla

Este livro é resultado da confluência de várias pesquisas realizadas pelos autores que assinam os diferentes capítulos. A obra está organizada em torno da temática central da ação dos atores sociais que patrocinam e desenvolvem práticas produtivas e processos de interação social e econômica que, no geral, modificam e transformam a forma de trabalhar, produzir e de viver. Os trabalhos focalizam as práticas e experiências dos atores que atuam na agricultura e no meio rural, realçando o modo como as relações sociais são organizadas neste espaço e como influenciam e/ou geram dinâmicas produtivas que modificam suas condições objetivas de existência e reprodução social.

Os trabalhos que compõem este livro foram escritos em períodos distintos e por uma miríade de autores, representando um mix entre pesquisadores consolidados e afirmados no campo das ciências sociais e dos estudos rurais com jovens pesquisadores, cujos trabalhos são o resultado de dissertações e teses. Boa parte dos capítulos foi apresentada em versão mais extensa no II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, realizado em novembro de 2008, organizado pelo Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Gepad). Na ocasião, foram realizadas cinco oficinas, e os trabalhos que se destacaram receberam o convite para participar do livro. Mas há também capítulos que foram desenvolvidos no âmbito do projeto Ipode, acrônimo, formado pelas letras iniciais do projeto de pesquisa de equipe intitulado ‘Semente e brotos’ da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil, financiado pelo CNPq, iniciado em 2008 e encerrado em agosto de 2010.

O livro segue na esteira de uma publicação anterior, “A diversidade da agricultura familiar” (2008), em que se analisou a heterogeneidade social das formas familiares de trabalho e de produção presentes no meio rural brasileiro. Naquele livro, tratamos especificamente de analisar as estratégias de reprodução social que compõem o portfólio de formas de ação produtiva e socioeconômicas que são mobilizadas pelos agricultores familiares. Este livro se destina ao público acadêmico, mas pretende alcançar uma audiência mais ampla.

Com “Os atores do desenvolvimento rural” pretendemos abordar as interfaces que os agricultores familiares estabelecem com outros atores presentes no meio rural e, sobretudo, analisar as formas de interação que constroem com os mercados, as instituições e a dinâmica social e econômica da sociedade como um todo. Tal como havíamos asseverado no livro anterior, os estudos sobre a agricultura familiar no Brasil chegaram em um estágio que não cabe mais discutir sobre sua pertinência e legitimidade pois é inquestionável o papel social, a contribuição econômica e a expressão política desta categoria para a agricultura e o meio rural. Há controvérsias de natureza conceitual e teórica, muitas das quais informadas por posições políticas ou marcadas por um olhar aplicado e contextual, que tendem a analisar as categorias

sociais a partir de sua expressão ou afirmação no campo da ação política. Mas, a nosso juízo, a agenda de pesquisas das ciências sociais precisa avançar e buscar um escopo de abordagem que resguarde sua autonomia relativa, uma vez que a interpretação sociológica dos fenômenos sociais não pode ficar refém do conteúdo político angariado no âmbito da controvérsia normativa.

A preocupação central dos autores deste livro está em demonstrar a capacidade de fazer e agir que os atores sociais adquirem e constroem a partir de suas ações cotidianas, como plantar, colher, armazenar, trocar e negociar. Trata-se de refletir sobre o papel ativo e atuante dos atores nos processos de mudança social, de construção de alternativas tecnológicas, de novas formas de fazer, de organizar e de interagir. Nestes termos, nosso objetivo geral consiste em demonstrar que para além da sua diversidade intrínseca, da função social e produtiva e dos desafios que se impõem à sua compreensão analítica, os agricultores familiares se tornam atores e adquirem capacidade de construir soluções para enfrentar desde problemas corriqueiros até lidar com reptos de maior alcance, contribuindo assim com a mudança das condições de sua existência e do ambiente social em que estão imersos.

Os atores sociais assim referidos e estudados podem ser desde agricultores individuais, grupos ou coletivos sociais. Ser ator não é um atributo inerente, mas uma condição social que se conquista por meio de relações e interações sociais à medida que os indivíduos ou grupos adquirem e/ou constroem agência, que consiste no desenvolvimento e mobilização de recursos, capacidades e formulação de estratégias que permitem “fazer diferente” em face de situações contingentes e estruturais. Neste sentido, os atores são sujeitos sociais ativos, dotados de capacidade de agência, o que lhes permite agir e reagir em face de situações adversas ou de um contexto hostil.

Muitos capítulos deste livro subscrevem à perspectiva orientada aos atores (POA), uma abordagem analítica desenvolvida pelos antropólogos Norman Long e Alberto Arce e, notadamente, o sociólogo Jan Douwe van der Ploeg, pesquisadores da Universidade de Wageningen, na Holanda. Os estudos sobre agricultura familiar, desenvolvimento rural, dispositivos de organização coletiva e formas de inovação sob a perspectiva orientada aos atores vêm se ampliando entre os pesquisadores brasileiros, especialmente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A perspectiva orientada aos atores parte de uma ideia ou questão muito simples, mas de difícil resposta. A indagação fundamental, que é o ponto de partida da abordagem, consiste em saber por que os agricultores oferecem “respostas diferenciadas a circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas”? (Long, 2007, p. 43). Ou seja, mesmo na presença de agricultores familiares que comungam de características similares como o tipo de solo, a área de terra disponível, a localização em uma determinada comunidade, as origens sociais, étnicas, etc.; dificilmente encontrar-se-á simetria entre os sistemas produtivos ou estilos de agricultura praticados, ou respostas coincidentes frente às decisões de investir, poupar, vender ou outro modo de agir.

No âmago desta questão está o paradoxo da ação individual *versus* a ação coletiva. Cientistas sociais de diferentes disciplinas já “gastaram rios de tinta” e mesmo assim continuam as investigações que tentam aportar evidências e descortinar argumentos sobre os mistérios do agir humano frente às situações e contingências da vida. A perspectiva orientada aos atores parte da constatação de que nem o individualismo metodológico, com seus postulados assentados

na ação racional, nem o estruturalismo, convencido da existência de condicionantes gerais e invariáveis, conseguiram dar respostas adequadas e satisfatórias a este dilema. Por esta razão, a POA reconhece que os indivíduos são agentes cuja ação cria e constrói estruturas contingentes. Segundo Ploeg (2003, p. 610), “a estrutura é entendida como sendo parte da ação social (ao invés de ser um *a priori* ou algo localizado fora). Estrutura é o que está sendo construído e, como tal, torna-se um princípio de ordenamento para outras construções. Os atores sociais não são vistos meramente como categorias sociais vazias (baseadas na classe ou em outros critérios de classificação) ou recipientes passivos de intervenção, mas como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com instituições e pessoas externas. Os caminhos exatos da mudança e seu significado para os envolvidos não podem ser impostos pelo exterior, nem podem ser explicados em termos da prática de uma estrutura lógica inexorável (Long e Ploeg, 1994, p. 75).

No centro desta abordagem analítica está a questão da “agência humana”, ou da capacidade e/ou possibilidade de agir. Norman Long afirma que a noção de agência e a posição de agente são estratégicas para formulação de uma teoria que pretenda superar os apriorismas e inexorabilidades do estruturalismo e do individualismo. A noção de agência, afirma Long, “atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida, ainda que sob as formas mais extremas de coerção. Nos limites da informação, incerteza e outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas), os atores sociais possuem *capacidade de saber e capacidade de atuar*” (Long, 2007, p. 48).

No Brasil, particularmente no âmbito dos estudos rurais, ainda estamos nos prolegômenos desta abordagem e há muito para avançar e desenvolver. Este livro pretende ser uma primeira contribuição, à medida que apresenta uma seção inicial inteiramente dedicada às questões teóricas e analíticas relacionadas à POA. O livro busca mostrar as potencialidades e a aplicação da perspectiva orientada aos atores, assim como indicar possíveis diálogos ou interações com outras abordagens que, embora adotem um referencial a partir dos atores, orientam-se por outras perspectivas epistemológicas, muitas vezes complementares à própria POA. De uma maneira geral, o livro articula contribuições analíticas e resultados de pesquisas realizadas sob os auspícios e referências que comungam da centralidade dos atores, possibilitando aos leitores uma compreensão de como se dá a interação entre teoria e pesquisa empírica.

A estrutura do livro divide-se em quatro partes, cada uma formada por quatro capítulos. Na primeira parte, o capítulo de abertura do livro é assinado por Long e Ploeg, que está sendo traduzido e publicado pela primeira vez no Brasil. Este artigo tornou-se uma referência importante da POA em âmbito internacional porque condensa os principais primados e as pedras angulares da perspectiva orientada aos atores. Neste artigo, para além de criticar os referenciais do estruturalismo e do individualismo nos estudos de sociologia do desenvolvimento, os autores apresentam os conceitos centrais da POA, discutem aspectos relacionados à mediação e à intervenção social e fazem uma reflexão sobre o significado desta abordagem para os estudos sobre desenvolvimento agrário. Seguramente trata-se de um material sintético e instigante para quem deseja compreender esta abordagem analítica.

O segundo capítulo da primeira parte é de autoria de Marilda Menezes e Edgar Malagodi, ambos professores da Universidade Federal de Campina Grande (Paraíba), que fazem um interessante exercício que visa discutir os conceitos de autonomia e resistência de forma com-

parada e cruzada a partir das perspectivas da POA, da abordagem da economia moral de James Scott e da abordagem construtivista do historiador E. P. Thompson. Os autores vão encontrar pontos de contato entre estes três autores e discutir os conceitos de resistência, sujeitos sociais e agência, que se tornam recursos analíticos importantes para entender a condição camponesa e os mecanismos de construção de sua autonomia.

O capítulo três da primeira parte é assinado por vários autores, todos eles vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Gepad), que está sediado no PGDR/UFRGS. Trata-se de um texto que começou a ser escrito há muitos anos, desde quando o tema da mercantilização passou a ser um dos eixos centrais dos estudos sobre as estratégias de diversificação produtiva e a diferenciação social dos estilos de agricultura no Rio Grande do Sul. É um artigo que foi escrito a partir das inquietações dos autores e mediante um acordo mínimo em torno do que se tinha consenso sobre o assunto. Neste sentido, o capítulo é uma introdução ao tema e tem um objetivo didático que visa situar quem são os autores e qual é o debate teórico em torno da mercantilização.

O quarto capítulo do livro encerra a seção dedicada às questões teóricas e conceituais, que estão na base da perspectiva de análise orientada aos atores sociais. Este capítulo trata dos processos de inovação e construção de novidades por parte dos agricultores. Em verdade, trata-se de uma reflexão sobre “como os agricultores fazem para fazer diferente”, o que significa analisar os mecanismos tácitos e os dispositivos formais que são mobilizados pelos atores para produzir conhecimento e saber-fazer adequado e útil para eles mesmos. O capítulo faz um resgate de como as formas convencionais de produção e difusão de conhecimento e tecnologias estão cada vez mais desconectadas da realidade e das possibilidades dos agricultores, disto resultando um afastamento e mesmo a exclusão ao acesso para muitos pequenos produtores. A partir deste diagnóstico, os autores introduzem a chamada perspectiva da “produção de novidades”, que é uma abordagem emergente no campo dos estudos da produção de conhecimento e tecnologia no meio rural. Exemplos empíricos são utilizados para ilustrar a aplicação desta perspectiva, que pode vir a ser uma alternativa interessante aos estudos que procuram escapar do determinismo da difusão de tecnologias.

As partes 2, 3, e 4 do livro são dedicadas ao estudo das práticas e processos de ação e atuação dos atores sociais em face de circunstâncias e contingências em que mobilizam saberes e recursos com o objetivo de construir interfaces e interações que lhes garantam autonomia e “margem de manobra”.

Na parte dois do livro estão reunidos os capítulos organizados em torno do tema da construção social de mercados e das formas de interação dos agricultores com os velhos e novos mercados, agrícolas e não agrícolas. No capítulo cinco, Marcelo Souza Santos e Renato Souza Santos discutem as redes de varejo nos municípios de Santa Maria e Santa Rosa e a interação dos agricultores com as redes convencionais de comércio. Os autores chamam a atenção para os desafios dos pequenos comerciantes em face do processo mais geral de concentração em curso, comandado pelas grandes redes transnacionais de supermercados. No capítulo seis, Marcio Gazolla e Gelson Pelegrini fazem uma análise dos mecanismos de acesso aos mercados e as estratégias de comercialização dos agricultores que se dedicam às agroindústrias familiares, destacando a situação na região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul. No capítulo sete, Jefferson Staduto e Luci Amorim analisam as agroindústrias familiares do oeste do Paraná,

destacando a formação de redes e o seu papel no processo de aprendizagem coletiva e formação de mecanismo de coordenação e ordenamento institucional destes empreendimentos. O capítulo oito é de autoria de Glauco Schultz e nele o autor discute a construção das identidades socioprofissionais dos agricultores que fazem produção orgânica e as estratégias organizacionais que adotam. O autor conclui que a produção de orgânicos não implica apenas em novo formato tecnológico, mas também um novo significado que repercute na revalorização das formas de interação com os consumidores.

A terceira parte do livro é dedicada às iniciativas técnico-produtivas dos agricultores e busca, fundamentalmente, investigar quais são as estratégias adotadas na construção de conhecimentos e inovações que lhes ajudem a resolver problemas de produção sem, contudo, implicar no aumento de custos de produção e menos ainda tornar-se dependente de tecnologias fornecidas por agentes externos. Esta parte do livro se defronta com a problemática que aflige muitos pequenos agricultores na atualidade que é o desafio constante em aperfeiçoar a base tecnológica da produção, tornar a propriedade mais produtiva, rentável e com trabalho menos penoso sem, no entanto, colocá-la num *treadmill* com custos fixos crescentes decorrentes da internalização de pacotes tecnológicos. O capítulo de autoria de Flávia Charão Marques apresenta as bases de um referencial para produção de conhecimento e tecnologias para a agricultura, representado pela perspectiva multiator, multinível e multiaspecto. O capítulo dez, de autoria de Miguel Perondi e Sergio Schneider, analisa os processos e caminhos da diversificação agrícola e não agrícola, apontando os resultados múltiplos das estratégias adotadas pelos agricultores. O capítulo onze, autorado por Raquel Lunardi e Marcelino Souza, analisa os processos de inovação em unidades que optaram por diversificar suas atividades e fontes de renda através do turismo rural. Os autores mostram que esta atividade modifica não apenas o ingresso econômico como as relações de gênero no interior dos estabelecimentos. No capítulo doze, que encerra esta parte do livro, Guilherme Radomsky discute os processos de inovação na produção orgânica de alimentos e os processos de certificação participativa em rede por parte dos próprios agricultores. A partir do caso da rede Ecovida, uma iniciativa de comercialização da produção que envolve agricultores e organizações nos três estados do sul do Brasil, o autor mostra as nuances que estão por detrás deste amplo processo de produção de acordos e regras comuns em um quadro de disputas e interesses.

A quarta parte do livro trata das práticas e dos processos de construção de alternativas produtivas, organizacionais e institucionais dos atores sociais, especialmente os agricultores familiares, embora não exclusivamente. Nesta seção do livro discutem-se as interfaces, conexões e interações dos agricultores com o contexto social e político em que estão imersos. Os autores dos diferentes capítulos mostram como se dá este processo de construção de alternativas, que exigem a organização política e o desenvolvimento de dispositivos de governança e controle coletivo. O capítulo de Rozane Triches, Elisângela Froehlich e Sergio Schneider analisa o processo de reconstrução das relações entre os produtores e os consumidores através do mecanismo de utilização dos alimentos no programa de merenda escolar no município de Dois Irmãos (RS). Os autores mostram como ocorreu a organização dos atores e o papel central que teve o Conselho de Alimentação Escolar como espaço de mediação de interesses e governança deste processo. O capítulo quatorze, de Anelise Rambo e Genivalda Costa, amplia o foco para os processos territoriais de desenvolvimento, mostrando como as iniciativas dos

agricultores familiares podem impactar e influenciar a dinâmica das economias regionais. O capítulo de Lorena Fleury e Jalcione Almeida discute os conflitos e as reconfigurações que ocorrem em contextos onde há disputas ambientais. Tomando o caso do Parque Nacional das Emas, os autores mostram os desencontros que existem entre as percepções e representações acerca do espaço e dos recursos naturais que orientam práticas de ocupação e uso por parte dos atores envolvidos. O capítulo final do livro é de autoria de Everton Picoletto, que se dedica a analisar o processo de organização política e institucional dos atores que se identificam com a condição de agricultores familiares. A partir uma perspectiva longitudinal, o autor mostra como os sujeitos sociais foram modificando seus papéis e sua identidade político-institucional e, deste modo, lograram sucesso no processo de reconhecimento e legitimação por parte da sociedade brasileira, especialmente a partir de meados da década de 1990.

O leitor avisado certamente notará que este é um livro que pretende refletir no estado da arte dos debates sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil. Em certa medida, livros sempre dialogam ou interagem com alguém ou com algum fato. Este livro tem a pretensão de dar um passo adiante, ainda que de pequena escala, no debate sobre o lugar e o papel da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural. Ao afirmar e sustentar que os agricultores são atores sociais que têm capacidade de responder de forma afirmativa aos desafios e questões colocados em sua época, estamos sustentando que é chegada a hora de dar por superada a fase da (re)descoberta da agricultura familiar, das narrativas e descrições sobre sua diversidade e heterogeneidade. Isto já sabemos.

O que ainda demanda esforço e pesquisas é saber como os agricultores constroem e inventam repertórios e práticas produtivas, tecnológicas, sociais, organizacionais e cognitivas através das quais se fortalecem e se afirmam como agentes. Precisamos compreender melhor as particularidades que estas estratégias assumem, levando em conta as especificidades locais e culturais. Mas, para além dos estudos de casos, temos que ampliar nossa capacidade de comparar e entender em que medida as iniciativas e os modos de fazer que trouxeram resultados promissores em uma determinada realidade, época e/ou contexto social podem ser ampliadas e utilizadas como ensinamento para outras situações.

Ao proceder assim, evita-se a pressa e a inclinação por reproduzir e repetir um modelo ou padrão a ser seguido. Por outro lado, oferece-se uma alternativa concreta para que os estudos sobre agricultura familiar alcancem um novo estatuto, que vai além da descrição das especificidades e particularidades. Aqui a ciência social pode e deve dar sua contribuição à política e ao planejamento, pois mais do que ser aceita e reconhecida no cenário público, a agricultura familiar precisa ser capaz de se colocar como alternativa real e consistente ao modelo hegemônico de produção agroalimentar e manejo dos recursos naturais. Neste sentido, este livro é um libelo em favor da “capacidade de fazer diferente” dos atores sociais, particularmente os agricultores familiares. Mas, mais do que aprender com as práticas dos agricultores, cabe aos cientistas e pesquisadores estudar e avaliar em que medida tais práticas podem sugerir ensinamentos e lições alhures, de tal forma que o desenvolvimento rural deixe de ser uma quimera ou algo restrito à pequena escala (uma exceção) para se somar a um conjunto de ações, práticas e processos mais amplos, que tenham a capacidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas sem asseverar a degradação ambiental, e contribuir para o bem estar da sociedade como um todo.